

Uma *Walkyria* entra em cena em 1934

O ano de 1934 foi chamado por Darcy Ribeiro, em seu livro *Aos Trancos e Barrancos - como o Brasil deu no que deu*¹, de Ano do Noel. Porque foi nesse ano que o compositor Noel Rosa lançou dois sambas que tiveram sucesso estrondoso e se transformaram em dois clássicos da música popular brasileira: "O orvalho vem caindo" e "Feitiço da Vila". Foi também, assinala Darcy, o ano da fundação da Universidade de São Paulo, da nomeação de Gustavo Capanema para o Ministério da Educação e Saúde, de grande expansão da Ação Integralista Brasileira, da publicação dos livros *Suor*, de Jorge Amado, *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, *Bangüê*, de José Lins do Rego, *O Quilombo de Manuel Congo*, de Carlos Lacerda e *Maleita*, de Lúcio Cardoso, entre muitos outros. E foi, principalmente, o ano da promulgação da segunda Constituição republicana do Brasil, que instituiu o salário mínimo, a Justiça Eleitoral, a Justiça do Trabalho, a sindicalização, a nacionalização das empresas, o voto secreto e o voto feminino no Brasil.

Não foi de graça que a Constituinte de 1934 assegurou às mulheres brasileiras o direito do voto, que, aliás, o Governo Provisório, isto é, Getúlio Vargas, já havia concedido para as eleições da Assembléia Constituinte. E uma mulher, Carlota Pereira de Queiroz, foi eleita deputada à própria Assembléia. O fato é que uma campanha pertinaz, liderada por Bertha Lutz e Maria Eugênia Celso entre outras, durante mais de 15 anos havia pressionado governo e congressistas, culminando com um *lobby* muito eficiente atuando durante todo o tempo de trabalho dos constituintes.

Para comemorar a conquista definitiva do voto, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino deu uma festa no Automóvel Clube, no Rio de Janeiro. A Festa da Vitória, com uma programação artística dirigida pela maestrina Joanília Sodrê, não teve nada de "clube da Luluzinha". O interventor do Rio, Pedro Ernesto, e vários deputados foram convidados e fizeram discursos inflamados a favor dos direitos políticos para as mulheres.

¹ RIBEIRO, Darcy. *Aos Trancos e Barrancos - como o Brasil deu no que deu*. Rio de Janeiro. Guanabara, 1985.

No mês seguinte, também para comemorar a vitória das sufragistas, e contando todos os detalhes desta festa, foi lançada no Rio a revista *Walkyrias*, dirigida pela paulista Jenny Pimentel de Borba. A que vinha esta revista, e quem era Jenny, nome inteiramente ausente das lutas feministas até então? Uma primeira leitura do título da publicação, bem germânico, com w, k, y e tudo, já mostra a complexidade de qualquer enquadramento que se queira fazer dela. Vamos aqui folhear o primeiro número, normalmente um anúncio, uma amostra do que os editores almejam com o lançamento de um periódico.

Datado de agosto de 1934, com 56 páginas, muitos anúncios, este primeiro número da revista reunia o que havia de mais significativo no jornalismo, na literatura e nas artes da época: capa de Santa Rosa, artigo político de Múcio Leão, crônica de Carlos Maúli, conto de Berilo Neves, poema de Murilo Araújo, conselhos médicos - sobre dietas de emagrecimento - do Dr. Raimundo Fraga, artigos aguerridos de Bertha Lutz e Ana Amélia Queirós Carneiro de Mendonça, poema de Gilka Machado.

O recado da diretora da revista, escritora Jenny Pimentel de Borba, é democrático (e escrito em português bem deficiente): "*Walkyrias* acolherá tanto os ataques como a defesa de todos os assuntos para esclarecer as mulheres, neste momento em que fomos elevadas à categoria de cidadãos". O ecletismo de tal proposta fica logo visível. Todas as posições ideológicas estão retratadas neste primeiro número. Não é demais lembrar que as deusas virgens escandinavas que batizaram a revista montavam cavalos velozes e usavam lanças, escudos e capacetes, mas serviam de mensageiras de Odin, que as enviava aos campos de batalha a fim de que selecionassem os heróis mortos, os trouxessem para o Valhala e lhes organizassem festas. Quer dizer, trajavam-se de guerreiras mas exerciam atividades de gueixas - nada melhor para simbolizar a dubiedade da revista.

O artigo de abertura, de Ana Amélia, tem o título de Amazonas e Feministas. E é bem definidor da espécie de feminismo que a autora pregava, além de nacionalizar o simbolismo do nome da revista. "Eu venho da terra das Amazonas, essas estranhas feministas das selvas... Na sua ânsia de conquistas e vitórias, elas ambicionavam uma liberdade selvagem, afrontaram os encontros sangrentos, as lutas com o inimigo e com as feras, afirmando a bravura do sexo e proclamando a revolta contra o homem. Não quiseram permanecer submissas, embaladas no aconchego da rede de tucum, na doce dependência do braço viril que abatia a caça e afastava o perigo. Adivinharam, na rudeza de seus ímpetos, que a metade de um povo não deve pesar

sobre a outra metade”, proclamava a poetisa, mulher do historiador (além de goleiro do Fluminense e da seleção brasileira) Marcos Carneiro de Mendonça.

A denúncia da opressão das mulheres pelos homens está clara aí. E a autora vai mais longe, classificando as Amazonas de “precursoras da emancipação econômica da mulher”. Mas ela faz restrições aos métodos das guerreiras icamiabas. “Não souberam adivinhar que na harmonia das duas forças é que reside a força universal”, afirma adiante, pedindo às Amazonas que sejam a guarda de “nosso generoso e sadio feminismo de hoje, feminismo pacifista e igualitário, maternal e humano, que prepara lentamente, mas seguramente, as brasileiras que despertam para o seu verdadeiro lugar na vida nacional”.

Se a voz de Ana Amélia é a das mulheres elegantes e literatas da época, à página 12 do mesmo primeiro número de *Walkyrías* temos um Manifesto assinado por Bertha Lutz, cientista e filha de cientista, fundadora da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, em 1919, e da Liga Eleitoral Independente, em 1932, militante política de esquerda. E, contrariando a onda nacionalista da época, uma internacionalista. Representa uma ala feminista diversa, bem mais consciente e radical.

“Sem romper todas as cadeias e derrubar todas as barreiras não chegaremos nunca a edificar a civilização duradoura”, brada Bertha Lutz em seu Manifesto que, ao mesmo tempo, elogia a Constituição recém-aprovada falando de “triunfo integral” e adverte para o muito que a Carta tinha deixado de incluir.

“As pretensões justas dos que trabalham não tiveram a mesma acolhida que as reivindicações da mulher”, lamenta. “O acanhado capítulo da Ordem Social não cogitou amplamente da mulher operária que cumpre pena dobrada, juntando ao horário da fábrica o trabalho sem salário e sem horário que desempenha no lar”. Esta menção à mulher operária soa estranha a todo o resto da revista, repleta de notas sobre acontecimentos e personalidades da alta sociedade e anúncios de moda caríssima.

Bertha Lutz não estava solitária apenas quando reivindicava os direitos da mulher operária. Outra peculiaridade dessa grande líder, cujo centenário foi comemorado no ano de 1994, era seu internacionalismo (que havia sido uma marca do movimento de mulheres da década de 20). Nos anos 30, o nacionalismo era um fenômeno mundial, que no Brasil conheceu grande exarcebação, sendo ponto comum nos projetos comunista e integralista. “Nos meados da década de 30, o movimento comunista rompeu de forma deliberada com as tradições da Segunda e da Terceira Internacionais, que tinham abandonado os símbolos do patriotismo”, lembra o historiador comunista Inglês Eric Hobsbawm,

ao analisar o reencontro da revolução social com o sentimento patriótico, reencontro “extremamente complexo”, segundo ele mesmo afirma². O nacionalismo, consagrado na Constituição de 34 não agrada a Bertha Lutz. “Acha-se a nova Carta Magna imbuída de um nacionalismo estreito e rancoroso, que não tem razão de ser, pois destoa das mais nobres tradições da diplomacia brasileira, que, em tempos idos, foi o padrão excelso da diplomacia continental; que aberrava aos postulados universais da ciência”, afirma ela em seu manifesto na *Walkyrias* número um, insistindo na “participação feminina na vida pública das Nações”.

O contraste brutal com as duas feministas que assinam os principais artigos - uma moderada, outra bem mais exigente e politizada - vem, na revista, das matérias assinadas por Edith, viscondessa de Grenlawy, e Chrysanthème. A viscondessa tem como tema a questão: “Veste-se a mulher para agradar ao homem?” Responde afinal que não, mas lamenta muito que nos encontros sociais a moda não mais distinguisse senhoras de senhoritas. Um caso muito sério para a senhora viscondessa, que não descobriu quem de fato é. Já Madame Chrysanthème tem seu nome verdadeiro desvendado pela própria revista: Cecília Bandeira de Melo, que chegou a assinar com esse ridículo pseudônimo vários livros de poesia e um romance, sendo filha de uma escritora de grande sucesso na década de 20, Carmen Dolores.

“A mulher, digam o que quiserem os utopistas, os exploradores de sua metamorfose e os quiméricos, foi criada e aureolada para desenvolver sua prole, instruí-la e velar, constantemente, por ela. O resto é fábula, fantasia, importação de idéias malsãs e pejorativas para a mesma mulher... Sim, a mulher atual, sempre a correr, a se exhibir, a dispende um dinamismo que lhe afeta a feminilidade, causa-me tanta compaixão como a infância que, dos cuidados, das atenções, da vigilância da mulher de outrora se vê hoje privada”.

Ao lado desse discurso de Dona Chrysanthème contra o que chama, com horror, de “mulher moderna”, e reforçando a marca de ambigüidade da revista, pode-se encontrar, neste primeiro número de *Walkyrias*, um folhetim francês de Henri Duvernois, *O Aventureiro*, nos moldes dos mais piegas folhetins do romantismo tardio, um artigo de Ítala Gomes Vaz de Carvalho, filha de Carlos Gomes, sobre sua mãe, Dona Adelina, que qualifica de “suave inspiradora, a sacerdotiza daquele templo de arte”, um artigo interessantíssimo sobre o papel da mulher na literatura japonesa, de Francisca de Vasconcelos Basto Cordeiro, e o editorial da diretora, Jenny Pimentel, garantindo que a revista não pretende “cavalgadas e campanhas contra o homem”, mas que tratará de

questões político-femininas, e justificando o lançamento da revista pela ausência, naquele momento, de um periódico "onde só houvessem (*sic*) colaborações femininas".

De fato, a produção da imprensa feminina - e/ou feminista -, que havia sido abundante do final do século XIX até a década de 20, tinha praticamente desaparecido nos anos 30. Lindinalva Silva Oliveira Rubim, em artigo publicado na revista *Comunicação & Política*³, em 1984, assinala este vácuo. Em uma listagem bastante completa da imprensa produzida por e para mulheres (a ausência de *Walkyrias* se justifica pelo desaparecimento desta publicação, que não constava da bibliografia sobre o tema até que vim a redescobri-la), Lindinalva Rubim relaciona apenas dois jornais na década de 30: *A Reação*, de 1931, publicado em São Paulo pela Aliança Cívica das Brasileiras, e *O Feminista*, de 1933, publicado no Rio pela Aliança Nacional de Mulheres, que durou poucos números. Só em 1947 iria, segundo ela, aparecer o próximo veículo de comunicação das mulheres, *O Momento Feminino*, no Rio de Janeiro.

Neste mesmo artigo, Lindinalva Rubim cita Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy para explicar o vazio que houve, durante o longo primeiro governo de Getúlio Vargas, na imprensa de mulheres. "Os anos de 1930 e 1940 representaram um período em que, formalmente, as reivindicações das mulheres haviam sido atendidas: podiam votar e ser votadas, ingressar nas instituições escolares, participar do mercado de trabalho. O sistema social e político (tanto o capitalista quanto o socialista) absorvera, de alguma forma, estas conquistas, que implicam reconhecimento da cidadania. Nestas décadas ocorre um refluxo na organização das mulheres"⁴.

Esta situação valoriza ainda mais a atitude de Jenny Pimentel lançando *Walkyrias* logo após a conquista do voto para as brasileiras, principalmente porque ela esteve ausente de toda a luta feminista anterior. Tendo nascido em Serra Negra, São Paulo, de uma família rural tradicional mas em decadência financeira, em maio de 1906, Jenny casou-se em São Paulo em 1930, com um gaúcho de Bagé, Julio Ruy da Costa Borba, vindo então o casal morar no Rio, cidade na qual, ao que tudo indica, não tinham parentes nem conheciam ninguém. Veio "fazer a cidade grande".

Voltando ao primeiro número da revista, vale a pena destacar o artigo do escritor e jornalista Múcio Leão, que ocupa toda uma página. Múcio Leão iria entrar na Academia Brasileira de Letras um ano depois; e, em 1957, foi paraninfo da turma de Jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia. Seu artigo é, na minha opinião, o que melhor assinala o problema central da dependência, da subordinação das mulheres aos

³ RUBIM, Lindinalva S. O.. *Imprensa de mulheres no Brasil (1852-1982)*. *Comunicação & Política* 1-2, vol. 2, março-junho 1984, p. 189-205, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

⁴ ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jacqueline. *O Que é Feminismo*. São Paulo Brasiliense, 1981, p. 49.

homens na sociedade daquela época.

Para as Mulheres Lerem, é o título. Múcio de início congratula-se com a existência de uma revista feminina “que trate de coisas sérias” e ironiza intelectuais do porte de Goethe e de Darwin por seus preconceitos em relação à mulher. O maior dos escritores alemães, segundo ele, “amava as quietas mulheres do lar, as boas mães de família, as doceiras sólidas, as sublimes preparadoras de bons filhos e de bons quitutes”. E o cientista inglês que revolucionou o mundo com sua Teoria do Evolucionismo, “outro belo gênio, Darwin, tinha uma crença singular: acreditava na inferioridade da mulher!” Em seguida, vai mais longe: critica duramente a euforia da comemoração pela conquista do direito constitucional do voto pelas mulheres, que foi o próprio fato impulsionador do lançamento da *Walkyrias*. Vejamos:

“Não quero encerrar esta linhas sem ter advertido as minhas queridas patricias contra uma perfídia atroz que contra elas estão fazendo os homens brasileiros. Com efeito. Eles falaram, com grandes vozes e grandes júbilos, de conceder direitos políticos à mulher. Concederam-nos, de fato. A mulher passou a ser votada e a votar, nessa inepta e triste comédia das câmaras no Brasil. Mas, concedendo-lhe o direito de votar e o de ser votada, o homem brasileiro, que mantém o seu lar com os excessos e as violências dos velhos senhores de engenho, negou-lhe um direito básico, que é o mais essencial de todos: o direito de se divorciar, de se libertar de uma vida de opressão e de tortura, quando tem necessidade disso. O homem brasileiro apagou a última possibilidade de dar à mulher um direito leal e verdadeiro, quando proibiu, na própria Constituição, o divórcio.”

É curioso que nenhuma das articulistas mulheres deste número de lançamento de *Walkyrias* tenha se referido à derrota da tese do divórcio nos debates constituintes. O casamento indissolúvel havia sido um dos pontos mais importantes do programa da Liga Eleitoral Católica para a Constituição de 34. Posicionando-se contra e, mais ainda, apontando às mulheres o direito de divorciar-se como condição fundamental para a emancipação social e política, Múcio Leão alinha-se ao “partido” anti-católico no debate intelectual da época.

Mas é esta a posição da revista que abrigou e deu destaque a seu artigo? De certa maneira, implicitamente, sim. Numa época em que a religiosidade - e católica - era exigida das mulheres “sublimes preparadoras de bons filhos e de bons quitutes”, não há qualquer menção a religião em todo este número.

A intelectualidade, como um todo, dedicava-se neste momento à reavaliação do Brasil. “De fato, nunca se falou tanto de realidade brasileira como nessa época

⁵ MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo. Cultrix/EdUSP, 1977, vol. VII, p 1

- cada um, claro está, vindo-a de maneira diferente”, afirma Wilson Martins⁵, referindo-se ao ano da instalação da Assembléia Constituinte.

A partir de *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, livro que inovou o estudo das ciências sociais no país, e continuando pelo ensaio *Evolução Política do Povo Brasileiro*, de Caio Prado Júnior, passando por obras que “não pegaram”, mas fizeram furor na época, como *Fórmula da Civilização Brasileira*, de Aníbal Falcão, *Terra de Ninguém*, de Albertino Moreira, *Introdução à Realidade Brasileira*, de Afonso Arinos de Melo Franco e *Psicologia da Revolução*, de Plínio Salgado, todos de 1933, direita e esquerda debruçavam-se então sobre a idéia do que seria o novo Brasil que emergia das crises de 30 e 32. Essa reflexão marcou também a literatura. Foi o ano de *Serafim Ponte Grande*, de Oswald de Andrade, de *Parque Industrial*, de Pagu e de *Essa Nega Fulô*, de Jorge de Lima.

Mas não havia qualquer concordância nos resultados desta introspecção. A radicalização política brasileira, que chegaria ao auge em 1935, com a chamada Intentona Comunista e a terrível repressão que se seguiu, já era bem visível no início dos trabalhos da Constituinte. “A política no Brasil, como na Europa, no começo da década de 30, marchava para a radicalização”, confirmava o brasilianista Thomas Skidmore⁶, ao historiar a organização da Aliança Nacional Libertadora (ALN) e, do lado oposto, do Movimento Integralista. Em maio de 1934, três meses apenas antes do lançamento da *Walkyrias*, Jorge Amado escrevia, no primeiro número da revista literária *Lanterna Verde* algo semelhante: “A situação está de tal modo trágica que aquele que não está de um lado está necessariamente do outro”⁷. Os dois lados a que se referia Jorge Amado, identificados por Skidmore como ALN e Integralismo, são definidos pela maioria dos autores que tratam da década de 30 como o comunismo (ou o esquerdismo em geral) e o integralismo. Acho mais realista a classificação de Gilberto Amado, em *A Dança Sobre o Abismo*: “A corrente católica e a corrente comunista, absolutas e intransigentes”⁸.

De fato, a religião se apresentava como uma divisória bem mais nítida do que os conceitos de direita e esquerda para a compreensão dos antagonismos dentro da classe intelectual brasileira nos anos 30. Para comprovar, cito alguns fatos. O primeiro me foi narrado por uma testemunha que pediu para não ser identificada. Em dezembro de 1933, Hermes Lima, figura de proa da esquerda, disputa com Alceu Amoroso Lima, arauto da intelectualidade católica, uma cátedra na Faculdade Nacional de Direito. Um grupo de estudantes, sob a liderança e regência de Carlos Lacerda, então jovem

⁶ SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Saga, 1969, p 41

⁷ Apud MARTINS, Wilson, op. cit., p 17.

⁸ *Ibidem*.

comunista, fazia um coro provocador, a cada intervenção de Amorofo Lima. "No Céu, no Céu, com tua mãe estarei, no Céu, no Céu...", entoavam os manifestantes, parodiando o hino religioso mariano. Hermes Lima venceu o concurso.

Esta irreverência blasfema era típica dos embates entre comunistas e católicos. O mesmo Carlos Lacerda (então jovem líder comunista, é bom lembrar, diante da posterior carreira de líder direitista que empreendeu), em 1935, em artigo para a *Revista Acadêmica* número 13, intitulado O Cordelero de Deus Sai da Lama, atacava Jorge de Lima, católico, nos seguintes termos: "Fiquei de pé atrás com Jorge de Lima desde que esse poeta se amasiou com Maria concebida sem pecado e começou a falar em anjos, fungando muito".

Em 1933, o Teatro de Experiência, criado em São Paulo pelo pintor e arquiteto Flávio de Carvalho, era fechado pela polícia depois de poucas apresentações do "Baillado do deus morto". Flávio de Carvalho havia, dois anos antes, escandalizado São Paulo por ter permanecido de chapéu na cabeça enquanto uma procissão passava. Foi perseguido pela multidão indignada com o que era considerado uma blasfêmia e depois escreveu um livro sobre o episódio, *Experiência nº 2*, que fez o maior sucesso. O fechamento do Teatro de Experiência frustrou a apresentação, já anunciada, da peça *O Homem e o Cavalo*, de Oswald de Andrade, que na primeira cena tinha no cenário a inscrição Deus-Pátria-Bordel-Cabaço e usava, com abundância, expressões como "me cago em Diós" (em espanhol mesmo), "Deus da burguesia" e palavras dirigidas a Cristo e aos santos.

Neste clima, não é desprezível o fato de que entre as colaboradoras de *Walkyrias*, e das mais destacadas, esteja a líder sufragista Bertha Lutz, que em 1932 tinha fundado a Liga Eleitoral Independente exatamente para fazer frente à Liga Eleitoral Católica, fundada por Dom Sebastião Leme, cardeal do Rio de Janeiro e campeão do catolicismo militante, que em 35 fundaria também a Ação Católica Brasileira. A Carta de 34, celebrada por ter consagrado o voto feminino, havia praticamente incorporado o programa católico defendido por Dom Leme e pelos intelectuais seus seguidores.

Há a acrescentar ainda a presença, neste número inaugural da revista, do poema de Gilka Machado "Quarta-feira de Cinzas", com ilustração do mesmo artista que assinava a capa, Santa Rosa. Ao contrário do que o título possa sugerir, o poema é tão pagão quanto a capa evocativa da mitologia escandinava.

Situada entre o simbolismo e o pré-modernismo, Gilka Machado, cuja filha, Eros Volúcia, viria a ser famosa por suas danças eróticas, estava então no auge do

prestígio. “Amanhecia.../ Minhas faces e as tuas / foram ficando ao sol inteiramente nuas...”, começa o poema. Para terminar, quarta-feira-de-cinzamente: “Tua alegria.../ minha alegria.../ que duas lindas máscaras da Mágua!...”

Walkyrias não se alinhava, certamente, nas fileiras de Dom Sebastião Leme, no que se chamava então de partido clerical. Mas tampouco pode ser classificada de uma revista socialista, comunista ou de alguma forma esquerdista. Jenny Pimentel de Borba parece ter escolhido um caminho próprio, longe das querelas masculinas da época, para sua revista. Que, com todo o seu ecletismo ideológico e mesmo sua confusão sobre o que de fato seria a emancipação das mulheres, representou grande novidade editorial em um momento rico de idéias, publicações e escritores mas extremamente pobre em matéria de imprensa de mulheres.

Walkyrias entra em cena, sem dúvida, para valorizar a presença feminina em qualquer campo. Publica, ainda neste número inaugural, a foto da primeira prefeita do Brasil, Maria Thereza Silveira de Mello Barros Camargo, de Limeira, São Paulo, com os maiores louvores à sua atuação; tem como responsável por sua crônica esportiva uma mulher, Maria Vimar; faz uma homenagem à recentemente falecida escritora Júlia Lopes de Almeida. Há também o registro da inauguração da Academia Científica de Beleza Mme. Campos, que no segundo número da revista, de setembro de 34, lança um concurso para saber “Quem deve ser a primeira imortal brasileira?”

É curiosa essa relação Academia de Beleza/ Academia Brasileira de Letras, mas não causa nenhum espanto o fato da revista fazer campanha, em 1934, a favor da entrada de mulheres na Academia. Nas próprias reuniões preparatórias da criação da Academia (que é de 1897), um dos principais fundadores, Lúcio de Mendonça, defendeu a presença feminina na instituição e o nome de Júlia Lopes de Almeida foi cogitado para figurar entre os primeiro 40 imortais. No lugar de Dona Júlia, porém, entrou seu marido Filinto de Almeida.

Heloísa Buarque de Holanda, em um primoroso ensaio intitulado *A Roupa da Rachel*⁹, a propósito da entrada de Rachel de Queirós na Academia, em 1977, e o problema da invenção de seu fardão, narra detalhes às vezes bastante pitorescos dos debates travados de quando em quando sobre o fim do exclusivismo masculino na Academia. Conta, inclusive, que Filinto de Almeida, sabendo dos maiores méritos literários de sua mulher, tinha o bom humor de se auto-intitular “o acadêmico-consorte”. Heloísa destaca a luta empreendida por Amélia Bevilacqua, esposa do acadêmico e jurista Clóvis Bevilacqua, a partir de 1930, quando se candidatou e teve o registro de sua

⁹ O ensaio de Heloísa Buarque de Holanda foi publicado no número 0 da revista *Estudos Feministas*, 1992

candidatura recusada, para que a Academia mudasse a posição a respeito das mulheres. Em 1934, o debate ainda estava vivo.

Talvez o dado mais importante para caracterizar *Walkyrias*, diante de alguns aspectos conflitantes que ela apresenta, seja o fato de que sua proprietária e diretora, de 1934 até 1957, continua a ser sua fundadora, Jenny Pimentel de Borba. O marido, Julio Ruy, aparece em diversos números da revista em fotos de acontecimentos sociais, e é nelas identificado como jornalista. Mas, o único registro que há em sua carteira profissional, assinado pela empregadora, Jenny, é o de secretário de redação da *Walkyrias*.

A revista que tinha sido lançada para combater - o combate das amazonas, das valquírias ou das flores crisantemas, não se percebe sempre bem qual - não persistiu muito nesta posição. Já em 1935, as matérias de moda e de notícias sobre a vida dos artistas de Hollywood, fartamente ilustradas, começaram a tomar conta da maior parte das páginas da revista que tinha sido saudada por Múcio Leão exatamente por tratar de "coisas sérias". Nas colunas sociais brilhavam os figurões do governo Vargas. Os artigos sobre feminismo não desapareceram nunca, mas, durante o Estado Novo e até mesmo um pouco antes, passaram a manifestar simpatias pelo fascismo. No número 38, de setembro de 1937, havia mesmo um artigo do ditador italiano Benito Mussolini: O Que eu Penso das Mulheres. E o ditador brasileiro era elogiado e tinha fotos suas publicadas em todos os números a partir de 1938.

Com a redemocratização do país, o espaço destinado a frivolidades aumentou e a política foi substituída pela literatura - sendo, é importante frisar, nítida a preferência dada a contos e poesias ou mesmo ensaios assinados por mulheres, apesar de nomes como Mário de Andrade e Jorge de Lima estarem também presentes.

Em janeiro de 1957, *Walkyrias* passa a ser a "Revista da Elites" e se especializa em divulgar os desfiles de moda promovidos pela fábrica de tecidos Bangu. Esses desfiles e a eleição de *Miss Bangu* eram o máximo em matéria de eventos de moda na época. Em maio deste ano, acontece o inacreditável: a combativa e onipresente Jenny, provando ser ela mesma uma valquíria, passa a direção da revista a Júlio Ruy. A partir daí a revista era publicada esporadicamente e sob patrocínios os mais suspeitos; em 1959, quase todas as capas traziam o retrato do governador do Paraná Moisés Lupion, durante muito tempo o símbolo de corrupção no Brasil. Em 1961 desaparece, não sem antes publicar várias fotos de toda a família do presidente Jânio Quadros.

Apesar de suas posições confusas e de seu fim melancólico, pode-se afirmar que *Walkyrias* é um dos maiores sucessos da imprensa feminina brasileira de todos os tempos. Sem uma estrutura empresarial, publicada por uma moça que veio de São Paulo para o Rio em 1930, sem conhecer ninguém - estou no momento dedicada a pesquisar a vida de Jenny, tema fascinante de minha tese de Doutorado -, ela saiu durante mais de 30 anos, sendo que, durante 20 anos, mensalmente, sem interrupção. E valorizando sempre a participação da mulher na vida nacional.

Feminista? Sim. Do feminismo possível durante o Estado Novo, quando não se estava engajada em uma luta de partido político nem se tinha "berço". Porque minha avaliação é que *Walkyrias* é tão feminista quanto Jenny, ou melhor, feminista à maneira de Jenny: mais interessada na liberdade sexual que na emancipação social, partidária da sedução e do brilho, não conformada com o "aconchego da rede de tucum", para usar a expressão de Ana Amélia, sua colaboradora. Jenny não era comunista nem cientista como Bertha Lutz, tampouco de família ilustre do Rio e escritora reconhecida como Ana Amélia. Restava-lhe - é minha hipótese - o caminho de franco-atiradora, que ela tomou, com sua *Walkyrias*. Mas, apesar da revista que lançou e dirigiu durante 23 anos, e de cinco livros publicados, um de contos (*Mendiga de amor*, de 1935) e quatro romances (*40 Graus à Sombra*, de 40; *Mormaço*, de 41; *Brasa*, de 42; e *Paixão dos Homens*, de 43), era e continua sendo uma desconhecida.

A família hoje fala dela de maneira cautelosa. Para os sobrinhos que encontrei em São Paulo, ela era a tia "diferente", "exibida", "escandalosa". Nos anos 40, Jenny publicou vários contos em suplementos literários de grandes jornais como *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã*. Mas quando pergunto a contemporâneos sobre ela as respostas são vagas. Ninguém se lembra da escritora que teve o retrato pintado pela pintora mais importante do Rio na época, Georgina de Albuquerque (o quadro recebeu medalha no Salão Nacional de Belas Artes de 1941), e também pelo pintor da sociedade carioca, Ismailovitch. Ela mesma também pintora, mereceu reportagem sobre seus quadros na revista *Fon-Fon*, para onde escreveu artigos literários em 1948.

Tentou aparecer de todas as formas. Uma sobrinha me falou de um vestido de pele de onça que ela usava e que era um choque. Foi do Pen Club. Recebeu homenagens na ABI. E ninguém se lembra dela... Desapareceu da memória da cidade que adotou; não chegou a entrar na história da literatura nem da imprensa. Sua obra também desapareceu na poeira dos arquivos de onde tento resgatá-la.

DADOS

Vol. 37, nº 2, 1994

Revista de Ciências Sociais

Editor
Charles Pessanha

A Legitimação da Ciência na Fronteira
Hugo Lovisoló

Conceitos Fora do Lugar: Uma Crítica Epistemológica das Principais Teorias Ocidentais sobre os Estados Socialistas do Leste
Luis Fernandes

O Conceito de "Revolução Permanente": Trotsky e o Elo Micro/Macro
Carlos Eduardo Rebello de Mendonça

Entre Subintegração e Sobreintegração: A Cidadania Inexistente
Marcelo Neves

Reformas Econômicas e Democracia no Brasil dos Anos 90: As Câmaras Setoriais como Fórum de Negociação
Eli Diniz

Lobbying, Troca e Definição de Interesses — Reflexões sobre o Caso Americano
Gigi Graziano

DADOS

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DADOS - Revista de Ciências Sociais (ISSN 0011-5258) é uma publicação quadrimestral do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ.

REDAÇÃO E ASSINATURAS: Rua da Matriz, nº 82
Cep.: 22260-100 - Botafogo
Rio de Janeiro, Brasil
Tel.: (021) 286-0996
Fax: (021) 286-7146